

Juiz Gaspar arruma a beca

António Gaspar, há quase duas décadas no Tribunal de Santarém de onde nunca quis sair pelo conforto de viver perto e ter uma vida profissional e familiar estável, é o juiz que neste tribunal teve um caso que chegou ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, vindo a sua sentença e dos tribunais de recurso reprovada por violação do direito à liberdade de expressão.

O segundo juiz mais antigo no Tribunal de Santarém já não vai fazer julgamentos. O reinício do período normal de funcionamento dos tribunais, no dia 1 de Setembro, após as férias de Verão, não contou com a presença de António Gaspar, que estava, como o próprio diz, “estacionado” no palácio da justiça da capital de distrito desde 2004. O juiz passou à qualidade de jubilado, ou seja aposentado.

O magistrado que começou a carreira tardiamente, aos 35 anos de idade, é o único, de que há memória, a ter uma decisão sobre liberdade de expressão e de imprensa que chegou ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e foi reprovada, levando à condenação do Estado português.

António Gaspar, juiz durante quase duas décadas em Santarém, não teve a ambição de tentar subir na hierarquia para não perder a tranquilidade de viver na sua terra natal, o Cartaxo, e ter estabilidade familiar e profissional. Muitas das pessoas com que se cruzava na rua na capital de distrito, onde andou no liceu, conheciam-no. A imparcialidade judicial foi muitas vezes posta à prova pela proximidade. Nunca se sentiu limitado, diz.

Não se arrepende de qualquer sentença que deu, nem da que chegou à mais alta instância europeia e que envolvia um político de Santarém, Rui Barreiro, que tinha sido presidente da câmara e secretário de Estado, dizendo que hoje mantém o que decidiu naquele momento, à luz das circunstâncias temporais e dos elementos do processo.

A decisão contrária dos juízes do TEDH não foi um facto que o deixasse perturbado, diz em conversa com O MIRANTE em vésperas de férias sabendo que não voltaria às salas de audiências. O juiz Gaspar, como muita gente o tratava fora e dentro do palácio da justiça, prefere dizer que viu no acto de recorrer ao tribunal europeu um exercício da democracia e a capacidade que os cidadãos têm para fazer valer a sua opinião, reafirmando que a análise ao caso tem de ser feita dentro do contexto histórico.



António Gaspar foi juiz durante quase duas décadas em Santarém

Dos casos mais difíceis que teve de julgar elege os que envolvem crimes sexuais, mais difíceis ainda se envolverem crianças. Os homicídios, no geral, são mais fáceis. Não vê complexidades nos crimes que envolvem a liberdade de imprensa, mas admite que existe, há muito tempo, uma divergência entre as perspectivas dos tribunais de Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, com a justiça portuguesa a colocar mais tónica na defesa do bom nome. O que, considera, também tem a ver com a essência de um povo que tem uma democracia

ainda jovem.

Antes de se instalar em Santarém, o juiz passou pelos tribunais de Almeida, Rio Maior, Matosinhos e Loures. Antes de enveredar pela carreira de juiz era funcionário judicial, tendo exercido funções durante dois anos no Palácio da Justiça de Lisboa e depois foi para o Centro de Estudos Judiciais, onde esteve durante dez anos, período em que foi tirar o curso de Direito.

A beca, diz, foi uma coisa que lhe custou a conquistar, com sacrifício de muitos fins-de-semana de estudo e afastamento da

família, por isso já disse que quando morrer quer levar o traje que usou em milhares de julgamentos. Agora pretende aplicar a experiência de escritor de sentenças para se dedicar à escrita de livros, pretendendo fazer uma obra sobre o direito da vinha do vinho ●